

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente

Rental Brasil Administração e Participação S.A.
CNPJ/ME nº 16.840.861/0001-18
Relatório da Administração

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2024 redobramos o foco na execução das prioridades estratégicas da Companhia: gestão eficiente de custo e aumento da produtividade, e inovação para melhorar ainda mais nossa proposta de valor e ampliar o diferencial de encantamento dos nossos clientes. A partir do segundo semestre do ano começamos a ver o resultado consistente das nossas iniciativas.

2 - RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Para garantir que não sejam contratados serviços extra auditoria que possam comprometer a independência dos seus auditores, a Companhia possui documento normativo sobre “Contratação de Serviços Extra-Auditoria”.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Rental Brasil Administração e Participação S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rental Brasil Administração e Participação S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Rental Brasil Administração e Participação S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

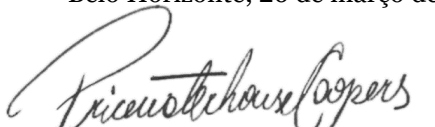


Rental Brasil Administração e Participação S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de março de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Balanco patrimonial (Em milhares de reais – R\$)

A T I V O

	<i>Nota</i>	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u> (Não Auditado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.259	1.055
Aplicações financeiras	6	6.887	8.067
Contas a receber	7	9.203	8.635
Outros ativos		902	1.240
Total do ativo circulante		<u>20.251</u>	<u>18.997</u>
Ativo não circulante			
Imobilizado	9	442.260	448.647
Total do ativo não circulante		<u>442.260</u>	<u>448.647</u>
Total do ativo		<u>462.511</u>	<u>467.644</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Balço patrimonial
(Em milhares de reais – R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	31/12/24	31/12/23
			(Não Auditado)
Circulante			
Fornecedores		82	203
Empréstimos e financiamentos	10	16.759	18.072
Imposto de renda e contribuição social a pagar		931	-
Dividendos a pagar	8(a)	2.294	130
Outros passivos		322	393
Total do passivo circulante		20.388	18.798
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	204.848	297.554
Impostos de renda e contribuição social diferidos	11	25.395	21.386
Total do passivo não circulante		230.243	318.940
Total do passivo		250.631	337.738
Patrimônio líquido	12		
Capital social		199.780	124.780
Reservas de lucros		12.100	5.126
Total do patrimônio líquido		211.880	129.906
Total do passivo e patrimônio líquido		462.511	467.644

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais – R\$)

	Nota	2024	2023
			(Não Auditado)
Receitas líquidas	13	53.124	47.740
Custos	14	(2.625)	(1.456)
Lucro bruto		50.499	46.284
Receitas (despesas) operacionais:			
Com vendas	14	(402)	(751)
Gerais, administrativas e outras	14	(2.475)	(3.128)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		47.622	42.405
Receitas financeiras			
Despesas financeiras	15	1.109	2.031
	15	(34.132)	(43.606)
Resultado financeiro		(33.023)	(41.575)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		14.599	830
Imposto de renda e contribuição social:			
Corrente	11(b)	(931)	-
Diferido	11(b)	(4.009)	(282)
		(4.940)	(282)
Lucro líquido do exercício		9.659	548

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais – R\$)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
		(Não Auditado)
Lucro líquido do exercício	9.659	548
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	9.659	548
Resultado abrangente total do exercício	9.659	548

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais – R\$)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Não Auditado)		100.000	4.708	6.774	-	111.482
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício		-	-	-	548	548
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas						
Aumento de capital social	12(a)	24.780	-	-	-	24.780
Dividendos pagos		-	-	(6.774)	-	(6.774)
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Constituição de reserva legal		-	27	-	(27)	-
Dividendos propostos		-	-	391	(521)	(130)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Não Auditado)		124.780	4.735	391	-	129.906
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.659	9.659
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas						
Aumento de capital social	12(a)	75.000	-	-	-	75.000
Dividendos pagos		-	-	(391)	-	(391)
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Constituição de reserva legal		-	483	-	(483)	-
Dividendos propostos		-	-	6.882	(9.176)	(2.294)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		199.780	5.218	6.882	-	211.880

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais – R\$)

	<i>Nota</i>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício		9.659	548
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			(Não Auditado)
Depreciação e amortização	9 e 14	6.605	5.345
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11(a)	4.009	282
Juros sobre empréstimos, financiamentos	10 e 15	33.920	43.435
Variação dos ativos e passivos:			
Aplicações financeiras		1.180	(3.541)
Contas a receber		(568)	(407)
Outros ativos		196	1.602
Fornecedores		(121)	(685)
Imposto de renda e contribuição social		931	-
Tributos a recolher		1.569	-
Outros passivos		(71)	(98)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		56.378	46.481
Imposto de renda e contribuição social pagos		(496)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	10	(34.410)	(43.695)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		21.472	2.786
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Aquisições de imobilizados	10	(218)	(6.891)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(218)	(6.891)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Amortização de empréstimos e financiamentos	10	(93.529)	(12.268)
Dividendos pagos		(521)	(9.033)
Aumento de capital	12(a)	75.000	24.780
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(19.050)	3.479
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		2.204	(626)
Saldo do caixa e equivalentes de caixa:	5		
No início do exercício		1.055	1.681
No final do exercício		3.259	1.055
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		2.204	(626)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Rental Brasil Administração e Participação S.A. (“Rental Brasil” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte – Minas Gerais, constituída em 2012. A Companhia é subsidiária integral da Localiza Rent a Car S.A. (“Localiza”) e tem por objeto social principalmente a compra, venda e aluguel de imóveis para a Localiza e suas subsidiárias e serviço de estacionamento de veículos.

A Rental Brasil foi responsável pela construção da sede da Localiza, iniciando suas operações com a imobilização definitiva do prédio administrativo a partir de 1º de julho de 2017. A partir dessa data, a Localiza e a Localiza Fleet S.A. (“Localiza Fleet”) firmaram compromisso de aluguel do imóvel da sede da Localiza com a Companhia, com prazo de 20 anos.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria Executiva em 26 de março de 2025.

1.1 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 16 de janeiro de 2025 foi publicada a Lei Complementar 214/2025, que regulamentou parte da Reforma, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), sendo que referida lei ainda será objeto de regulamentações para sua efetiva implementação. Segue em tramitação no Senado Federal o PLP 108/2024, que irá regulamentar, dentre outros, o Comitê Gestor do IBS, a distribuição de seu produto de arrecadação pelos entes federativos e o processo de lançamento e fiscalização desse tributo.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2 BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS® *Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens ou serviços, exceto para determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) que são mensurados pelo valor justo.

2.2 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como de receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

As estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (provisão para perdas esperadas e créditos de liquidação duvidosa (nota 7) ; e (ii) apuração do imposto de renda e contribuição social (nota 11).

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real. As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas para a casa de milhar mais próxima.

2.4 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras, estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas explicativas da respectiva rubrica, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados para Companhia.

2.4.1 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros - Para os ativos não financeiros sujeitos a amortização ou depreciação, a Companhia avalia, ao fim de cada exercício, se há alguma indicação de redução do valor recuperável. Se houver tal indicação, uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

2.4.2 Ativos e passivos sujeitos a atualização monetária

Os ativos e passivos em Reais e sujeitos à indexação contratual, legal são atualizados nas datas dos balanços pela aplicação do correspondente índice. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

3 PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS E INTERPRETAÇÕES EMITIDOS RECENTEMENTE

3.1 Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Avaliamos os impactos da alteração e concluímos que a classificação e a liquidação dos empréstimos e financiamentos atuais refletem as condições contratuais, não havendo risco de quebra de *covenants* na data base das demonstrações financeiras ou após a data de sua emissão.

- **Alteração ao IFRS 16 - Responsabilidade de locação em uma venda e relocação:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Essa alteração não teve impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

- **Alteração ao IAS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements – SFAs*") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

- a) Os termos e condições dos acordos SFAs.

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.

c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i).

d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou a necessidade de divulgar informações adicionais.

3.2 Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não adotados pela Companhia

As mudanças nas IFRSs a seguir foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

- **IFRS 18 – Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

a) Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

b) Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

c) A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

- **Alterações aos IFRS 7 e 9 – Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras. As alterações:

a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;

(b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“SPPI test”);

(c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG);

(d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”).

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Em maio de 2024 o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. A IFRS 19 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia avaliou as alterações e não haverá impactos.

- **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou as

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

alterações e não haverá impactos.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: Em setembro de 2024, o IASB emitiu alterações com o objetivo de definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado, bem como as divulgações a serem fornecidas. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou as alterações e não haverá impactos.

4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados: (i) ao valor justo por meio do resultado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) ao custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados: (i) ao custo amortizado ou (ii) ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u> (Não Auditado)
Ativos financeiros			
<u>Ativos financeiros ao custo amortizado</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	920	156
Contas a receber	7	9.203	8.635
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.339	899
Aplicações financeiras	6	6.887	8.067
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Fornecedores		(82)	(203)
Dividendos a pagar	8(a)	(2.294)	(130)

a) Gerenciamento de riscos

No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros: (i) risco de mercado; (ii) risco de crédito; e (iii) risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, que identifica, avalia e busca proteger contra eventuais riscos financeiros.

A Diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da companhia e se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades.

As práticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, para monitorar riscos e aderência aos limites. A administração da Companhia criou comitês especializados de forma a tratar de temas críticos do negócio, além de ter estruturado um sistema de controles internos para auxiliar o alcance de seus objetivos operacionais e estratégicos.

(i) Risco de mercado

O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia esteja exposta somente a níveis de riscos considerados aceitáveis no contexto de suas operações.

Os instrumentos financeiros da Companhia que são afetados pelo risco de mercado incluem: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) aplicações financeiras e (iii) contas a receber de clientes.

- **Risco de taxa de juros** – É o risco de que o valor justo ou o fluxo de caixa futuro de determinado instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a administração pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações.

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O risco de crédito na Companhia recai, em suma, nas contas a receber de clientes, no caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras depositados/aplicados em bancos e instituições financeiras, que incluem os montantes aplicados em cotas de fundos de investimento em renda fixa.

A exposição máxima ao risco de crédito, de acordo com o valor contábil líquido dos respectivos ativos financeiros, é como segue:

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Caixa e equivalentes de caixa:		(Não Auditado)
No mínimo Aa3 na escala da Moody's ou equivalente em outra agência	3.251	1.049
Caixa e bancos	8	6
Total caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	<u>3.259</u>	<u>1.055</u>
Aplicações financeiras:		
No mínimo Aa3 na escala da Moody's ou equivalente em outra agência	6.887	8.067
Total aplicações financeiras (nota 6)	<u>6.887</u>	<u>8.067</u>
Contas a receber:		
Contas a receber – clientes	9.203	8.635
Total contas a receber (nota 7)	<u>9.203</u>	<u>8.635</u>
Total	<u>19.349</u>	<u>17.757</u>

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, a administração considera que o acesso ao crédito de terceiros é facilitado, tendo em vista o rating de crédito corporativo da Localiza (controladora final) junto às principais agências de *rating* do mercado.

A Companhia efetua o gerenciamento da liquidez e de seu fluxo de caixa periodicamente, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção dos seus compromissos.

a) Gestão de capital

Os principais objetivos da gestão do capital são: (i) garantir a continuidade operacional da Companhia; (ii) assegurar uma classificação de crédito forte; (iii) maximizar o retorno ao acionista; e (iv) garantir a vantagem competitiva da Companhia na captação de recursos.

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a administração pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações.

O monitoramento do capital é feito com base no índice de endividamento da Companhia, que corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido.

A tabela abaixo apresenta os índices de endividamento da Companhia:

	<i>Nota</i>	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
			(Não Auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.259	1.055
Aplicações financeiras	6	6.887	8.067
Empréstimos e financiamentos	10	(221.607)	(315.626)
Dívida líquida		(211.461)	(306.504)
Patrimônio líquido		(211.880)	(129.906)
Índice de endividamento		1,00	2,36

Em 31 de dezembro de 2024, a geração de caixa operacional é considerada suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

A composição de caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
		(Não Auditado)
Caixa e bancos	8	6
Cotas de fundos de investimento	2.339	899
Certificados de depósito bancário (“CDB”)	912	150
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.259	1.055

Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações em CDB, e as cotas dos fundos de investimento em renda fixa apresentaram remuneração média ponderada anual de 104,42% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (105,88% em 31 de dezembro de 2023).

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia considera como aplicações financeiras, os depósitos bancários e outros investimentos de liquidez de curto e longo prazos que não atendem a todos os critérios para serem classificadas como equivalentes de caixa nos termos do CPC 03 (R2)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A composição do saldo de títulos e valores mobiliários é como segue:

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Cotas de fundos de investimentos	6.887	8.067
Total	6.887	8.067

Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras apresentaram remuneração média ponderada anual de 113,74% da taxa do CDI (108,10% em 31 de dezembro de 2023).

7 CONTAS A RECEBER

O saldo de contas a receber corresponde, substancialmente, aos valores a receber de clientes pelo aluguel de imóveis, que incluem a sede da Localiza Rent a Car, e a sede do Localiza Labs.

Ao final de cada exercício, a Companhia avalia a necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas e créditos de liquidação duvidosa, com o objetivo de ajustá-los aos seus valores prováveis de realização. Essa análise, que tem como objetivo atribuir determinada classificação de risco ao cliente de acordo com os critérios internos definidos pela Administração, leva em consideração a situação financeira atual do cliente, a experiência passada, a posição dos títulos vencidos e a perda de crédito histórica.

A composição do saldo do contas a receber de clientes é como segue:

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Aluguel de imóveis	9.226	8.894
Receitas a faturar	236	-
	<u>9.462</u>	<u>8.894</u>
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(259)	(259)
Total	9.203	8.635

A posição do contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
A vencer	9.203	8.595
Vencidos de 31 a 60 dias	-	40
Vencidos há mais de 360 dias	259	259
	<u>9.462</u>	<u>8.894</u>

8 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão classificadas no balanço de acordo com sua natureza, sendo elas: contas a receber, registradas no grupo de contas a receber de clientes; outras contas a receber; e dividendos a pagar.

(a) Transações com partes relacionadas

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Localiza Rent a Car S.A.		Localiza Fleet S.A.		Total	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
		(Não Auditado)		(Não Auditado)		(Não Auditado)
Patrimonial						
Contas a receber	6.101	5.858	2.866	2.738	8.967	8.596
Dividendos a pagar	(2.294)	(130)	-	-	(2.294)	(130)
Outras contas a receber	136	110	-	-	136	110
	Localiza Rent a Car S.A.		Localiza Fleet S.A.		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
		(Não Auditado)		(Não Auditado)		(Não Auditado)
Resultado						
Receitas	41.298	16.489	17.240	16.489	58.538	32.978

(b) Grau de relacionamento exercido entre a Companhia e suas partes relacionadas

No curso normal de seus negócios, são efetuadas operações entre as empresas do Grupo Localiza, sendo as principais: locação de imóveis, valores a pagar decorrentes de dividendos. Os montantes dos saldos e das transações são efetuados em condições negociadas entre a Companhia e suas partes relacionadas.

Nome	Relacionamento	Transação
Localiza Fleet S.A.	Mesmo grupo econômico	Locação de imóvel.
Localiza Rent a Car S.A.	Controladora direta	Locação de imóvel e dividendos a pagar.

9 IMOBILIZADO

Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil líquido do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia efetua, recorrentemente, revisões do prazo de vida útil estimada e do valor residual da frota de carros e, anualmente, dos demais itens do imobilizado. O efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Em 31 de dezembro de 2024, a vida útil dos bens do imobilizado, em anos, está apresentada a seguir:

Ativos	Vida útil em anos
Imóveis	de 25 a 80
Móveis e utensílios	10
Outros	de 5 a 10

A vida útil das benfeitorias considera os respectivos prazos contratuais dos aluguéis.

A despesa com depreciação do ativo imobilizado é alocada nas rubricas “custos”, e “despesas gerais, administrativas e outras”, na demonstração do resultado do exercício, conforme sua natureza e alocação.

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do custo, da depreciação acumulada e do valor contábil líquido do imobilizado é apresentada a seguir:

	<u>Imóveis</u>	<u>Benfeitorias</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Imobilização em andamento</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Custo:							
Em 31 de dezembro de 2022 (Não Auditado)	376.783	4.374	-	46.504	35.816	-	463.477
Adições	-	-	-	6.891	-	-	6.891
Em 31 de dezembro de 2023 (Não Auditado)	376.783	4.374	-	53.395	35.816	-	470.368
Em 31 de dezembro de 2023	376.783	4.374	-	53.395	35.816	-	470.368
Adições	-	-	-	218	-	-	218
Baixas/transferências	-	45.438	5.191	(53.416)	-	2.787	-
Em 31 de dezembro de 2024	376.783	49.812	5.191	197	35.816	2.787	470.586
Depreciação acumulada:							
Em 31 de dezembro de 2022 (Não Auditado)	(15.612)	(764)	-	-	-	-	(16.376)
Adições	(5.126)	(219)	-	-	-	-	(5.345)
Em 31 de dezembro de 2023 (Não Auditado)	(20.738)	(983)	-	-	-	-	(21.721)
Em 31 de dezembro de 2023	(20.738)	(983)	-	-	-	-	(21.721)
Adições	(5.126)	(739)	(475)	-	-	(265)	(6.605)
Em 31 de dezembro de 2024	(25.864)	(1.722)	(475)	-	-	(265)	(28.326)
Valor contábil líquido:							
Em 31 de dezembro de 2023 (Não Auditado)	356.045	3.391	-	53.395	35.816	-	448.647
Em 31 de dezembro de 2024	350.919	48.090	4.716	197	35.816	2.522	442.260

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10 EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTOS

A composição do saldo de financiamento é como segue:

Modalidade	Data de vencimento	Taxa de Juros (a.a.)	Valor contratado	Amortizações anuais	Aval/ Garantia	31/12/2024	31/12/2023
Certificado de recebíveis imobiliários (CRI)	21/11/2032	99,00% do CDI	370.000	2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032	Localiza	221.607	315.626
						221.607	315.626
					Circulante	16.759	18.072
					Não circulante	204.848	297.554

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Não Auditado)	315.626
Juros e encargos	33.920
Amortização do principal	(93.529)
Amortização de juros	(34.410)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	221.607
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Não Auditado)	328.154
Juros e encargos	43.435
Amortização do principal	(12.268)
Amortização de juros	(43.695)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Não Auditado)	315.626

Cláusulas contratuais restritivas – covenants financeiros

Os empréstimos e financiamentos possuem hipóteses de vencimento antecipado tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência por parte da emissora ou de terceiros que não seja devidamente elidida no prazo legal; (ii) questões relacionadas à inadimplência, não curadas no prazo previsto, em valor individual ou agregado igual ou superior a 3% do patrimônio líquido médio consolidado apurado nos últimos três trimestres; (iii) redução de capital da Localiza e/ou recompra de suas próprias ações para cancelamento, exceto se previamente autorizadas pelos debenturistas; (iv) a incorporação, fusão ou cisão da Localiza, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei nº 6.404/76, a parte cindida ou a sociedade resultante da operação permaneça dentro do atual grupo de controle da emissora, ou o objeto da cisão representar menos de 30% do último faturamento consolidado anual; (v) não manutenção, por 2 (dois) trimestres consecutivos ou 3 (três) trimestres não-consecutivos, dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente com base nas informações trimestrais consolidadas ou demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; e (vi) rebaixamento do rating da Companhia em duas ou mais notas em relação ao rating AAA (BR, triplo A) pela Fitch Ratings ou Standard & Poor's em virtude de qualquer alteração na composição societária que venha a resultar na perda, transferência ou alienação do poder de controle da emissora pelos atuais controladores.

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os ratings de crédito corporativo em escala nacional vigentes em 31 de dezembro de 2024 eram: *Standard & Poor's* (AAA(bra)/estável), *Moody's* (Aaa.br/WR) e *Fitch Ratings* (AAA(bra)/estável).

Conforme demonstrado abaixo, os *covenants* financeiros foram cumpridos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Localiza

Índice	Limites	31/12/24	31/12/23 (Não Auditado)
Dívida líquida ajustada (a) / EBITDA ajustado (b)	Menor que 4,00	2,45	2,72
EBITDA ajustado / Despesas financeiras líquidas	Maior que 1,50	3,15	2,68

(a) A dívida líquida ajustada considera o saldo das seguintes contas: (i) empréstimos, financiamentos e títulos de dívida; (ii) instrumentos financeiros derivativos. (iii) caixa e equivalentes de caixa; (iv) aplicações financeiras; e (v) dividendos e juros sobre capital próprio.

(b) O EBITDA corresponde ao lucro líquido ou prejuízo, em bases consolidadas, relativo aos 12 últimos meses, acrescido: (i) do resultado financeiro; (ii) do imposto de renda e da contribuição social; e (iii) das despesas de depreciação e amortização. Para todas as emissões, o EBITDA é ajustado ainda pelos custos com *stock options*, pelas despesas não recorrentes e pelo *impairment*.

11 TRIBUTOS SOBRE O LUCRO – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia adota o procedimento contábil de reconhecer crédito tributário de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável de cada período, bem como sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

A composição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	31/12/24	31/12/23 (Não Auditado)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.771	4.181
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	3.771	4.181
Depreciação de imóveis	(29.166)	(25.567)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(29.166)	(25.567)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	(25.395)	(21.386)

A realização dos créditos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízo fiscal e bases negativas de contribuição social está condicionada a eventos futuros, que tornarão dedutíveis as provisões que lhe deram origem e possibilitarão a compensação do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social, com lucros tributáveis futuros, nos termos da legislação fiscal em vigor.

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do imposto diferido é como segue:

Ativo e passivo de imposto diferido:

Em 31 de dezembro de 2022 (Não Auditado)	1.182	(22.286)	(21.104)
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	2.999	(3.281)	(282)
Em 31 de dezembro de 2023 (Não Auditado)	4.181	(25.567)	(21.386)
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	(410)	(3.599)	(4.009)
Em 31 de dezembro de 2024	3.771	(29.166)	(25.395)

Anualmente a Companhia revisa a recuperabilidade dos saldos dos ativos diferidos. Essa avaliação é suportada por laudo técnico, elaborado por especialistas em avaliar a projeção de lucros futuros tributáveis, permitindo estimativa de recuperabilidade desses ativos diferidos. O Ativo fiscal diferido no montante de R\$3.771 tem prazo estimado de compensação durante o exercício de 2025.

(b) Imposto de renda e contribuição social – conciliação entre as taxas nominal e efetiva

A Companhia calcula a provisão para imposto de renda e contribuição social com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, bem como exclui itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente, conforme legislação tributária vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada pelo regime de lucro real, com base nas alíquotas vigentes.

A conciliação entre as taxas nominal e efetiva para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é como segue:

	31/12/24	31/12/23 (Não Auditado)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	14.599	830
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa nominal	(4.964)	(282)
Ajustes à despesa nominal:		
Outros, líquido	24	-
Despesa efetiva	(4.940)	(282)
Alíquota efetiva	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(931)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.009)	(282)

12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Durante o exercício de 2024 por meio de Assembleias Gerais Extraordinárias, foram aprovados aumentos de capital da Companhia mediante a emissão de R\$75.000.000 novas ações no montante de R\$75.000 (24.780.000 novas ações no montante de R\$24.780, em 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R\$199.780, equivalente a 105.780.000 ações ordinárias nominativas (R\$124.780, equivalente a 30.780.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023).

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Reserva de lucros

- Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social nos termos do art. 193 da lei 6.404/76. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2024 é de R\$5.218 (R\$4.735 em 31 de dezembro de 2023).

(c) Distribuição de dividendos

A Companhia adota o procedimento de registrar os juros creditados a acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, a débito de lucros acumulados, tratamento semelhante aos dividendos. Os valores pagos aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte, são deduzidos do valor do dividendo mínimo obrigatório, conforme artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249/95 e com base no parágrafo 23 do artigo 26 do Estatuto Social.

Conforme definido no Estatuto Social, a Companhia distribui aos acionistas dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos foram calculados como segue:

	2024	2023
		(Não Auditado)
Lucro líquido do exercício	9.659	548
Reserva legal (5%)	(483)	(27)
Lucro líquido do exercício, base para proposição de dividendos	9.176	521
Dividendos mínimos (25%)	2.294	130
Dividendos propostos/distribuídos:		
Dividendo mínimo obrigatório	2.294	130
Total	2.294	130
Percentual sobre o lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal	25%	25%

Em 31 de dezembro de 2024 a Administração propôs para aprovação em assembleia o montante de R\$ 6.882 como dividendo adicional proposto referente ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 2024.

13 RECEITAS LÍQUIDAS

A receita líquida é mensurada pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, deduzida dos descontos, abatimentos e impostos sobre vendas, e reconhecida na extensão em que for provável a geração de benefícios econômicos para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. O detalhamento referente a cada categoria dessas receitas é como segue:

A conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida apresentadas nas demonstrações dos resultados são como segue:

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u> (Não Auditado)
Receita bruta	58.538	52.602
Impostos	(5.414)	(4.862)
Receita líquida	53.124	47.740
Aluguéis de imóveis	53.124	47.740
Receita líquida	53.124	47.740

14 NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas são registrados no resultado quando incorridos, obedecendo ao regime de competência. As informações sobre a natureza dos custos e das despesas operacionais reconhecidas na demonstração do resultado são como segue:

	<u>Custos de locação</u>		<u>Despesas com vendas, gerais, administrativas e outras</u>		<u>Total</u>	
	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u> (Não Auditado)	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u> (Não Auditado)	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u> (Não Auditado)
Depreciação de imobilizados	(4.264)	(2.816)	(2.341)	(2.529)	(6.605)	(5.345)
Despesas com ocupação	-	-	(286)	(830)	(286)	(830)
Serviços de terceiros	(15)	(25)	(30)	(258)	(45)	(283)
Créditos de PIS e COFINS, líquido	1.654	1.386	-	-	1.654	1.386
Outros	-	(1)	(220)	(262)	(220)	(263)
Total	(2.625)	(1.456)	(2.877)	(3.879)	(5.502)	(5.335)

15 RESULTADO FINANCEIRO

As receitas/despesas de juros de ativos/passivos financeiros são reconhecidas com base no tempo e na taxa de juros efetiva pelo regime de competência.

As receitas e despesas financeiras reconhecidas nas demonstrações dos resultados são como segue:

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u> (Não Auditado)
Juros de aplicações financeiras	1.162	2.130
PIS e COFINS sobre receita financeira	(53)	(99)
Total das receitas financeiras	1.109	2.031
Despesas de juros de empréstimos e financiamentos	(33.920)	(43.435)
Outras despesas de juros	(212)	(171)
Total das despesas financeiras	(34.132)	(43.606)
Total	(33.023)	(41.575)

16 INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

Transações que não afetam caixa

Atividades que não afetam o caixa	Nota	<u>Individual</u>	
		<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u> (Não Auditado)
Dividendos a pagar	8(a)	(2.294)	(130)

RENTAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

DIRETORIA E CONTADOR

Bruno Sebastian Lasansky - Diretor Presidente
Rodrigo Tavares Gonçalves de Sousa-Diretor de Finanças
Breno Davis Campolina - Diretor Executivo
João Hilário de Avila Valgas Filho - Diretor Executivo
Mauro Antônio de Figueiredo – Contador – CRC MG 054.967/O